

# A constituição dos cursos de formação inicial em Educação Física no Brasil

## The constitution of the initial training courses in Physical Education in Brazil

CORRÊA, E A; SILVA, L H; PIMENTA, T F da F; DRIGO, A J. A constituição dos cursos de formação inicial em Educação Física no Brasil. *R. bras. Ci. e Mov* 2016;24(1):27-42.

**RESUMO:** Este artigo objetivou realizar um levantamento e reflexão referente a composição dos cursos de formação inicial em Educação Física (EF) no Brasil acerca do crescimento do número destes cursos ao longo da história com questões legislativas e exigências atuais do mercado. Realizou-se um levantamento dos cursos a partir das informações disponíveis no banco de dados do e-MEC, com tratamento estatístico descritivo, verificando a distribuição dos cursos em função da Região Administrativa, Currículo e Instituição, a partir da década de 30. De forma geral, observamos que houve um aumento considerável nos cursos de EF no país a partir da década de 70, havendo um novo impulso na década de 90. Atualmente, há 1152 cursos de EF (bacharel e licenciatura), e a região sudeste concentra aproximadamente 50% de todos os cursos de EF, sendo que a iniciativa privada é responsável por cerca de 77% de todos os cursos de EF no país. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste há uma predominância da licenciatura com 68% em relação ao bacharelado com 32%. As Instituições Ensino Superior seriam como agentes de desenvolvimento econômico e social, além do foco em áreas estratégicas/prioritárias de estudo e de pesquisa e fortalecendo nos últimos anos a internacionalização da educação superior. Houve, nos últimos 10 anos, um aumento massivo ao acesso ao ensino superior no País e de novas possibilidades estratégicas para a expansão e melhoria qualitativa para o ensino superior. Por fim, a Educação Física passou por diversas transformações em sua trajetória, mas a partir da década de 1990 observou-se um crescimento dos cursos de formação superior no Brasil, reflexo da legislação, como do Parecer 215/87 e Resolução 03/87, do reconhecimento enquanto profissão (Lei 9.696/98) e instituição das Resoluções 01 e 02/2002 e a 07/2004.

**Palavras-chave:** Educação Física; Formação; Ensino Superior.

**ABSTRACT:** The objective of the present study was to make a survey and a reflection regarding the characteristics of the undergraduate courses on Physical Education (PE) in Brazil. In specific, we analyzed the increase of the courses' number on PE over the years, and its relation to the legislation and the labor market demand. The data were collected from e-MEC database, starting from 30<sup>th</sup> decade. Descriptive statistical treatment was performed to identify the distribution of the courses according to their administrative region, curriculum, and institution. The overall results showed considerable increase of the courses' number of PE from 70<sup>th</sup> decade, having another peak of rise on 90<sup>th</sup> decade. Nowadays, there are about 1.152 undergraduate courses on PE (with two curriculum orientations: teacher and professional of physical education), being that approximately 50% of all courses are located in Southeast of Brazil. Besides, around 77% of the all courses on PE have been offered by private institutions. There is a prevalence of undergraduate courses of PE teacher education (68%) in comparison to PE professional (32%) in the North, Northeast, and Midwest regions. The High Education Institutes would be responsible for economic and social development, besides the focus to strategic areas of research which has promoted the strengthening of internationalization of the high education over the last years. There was a massive increase of admissions on high education and likewise of new strategic possibilities to expansion and improvement of it, over the last 10 years. In summary, the Physical Education had had many transformations in its history, but it was observed a significant increase of the undergraduate courses in Brazil from 90<sup>th</sup> decade, due to the new legislations, such as the Legal Opinion 215/87, the Resolution 03/87, the recognition of Physical Education as profession (Law 9.696/98), and lastly the Resolutions 01/2002, 02/2002, and 07/2004.

**Key Words:** Physical Education; Education; Higher Education.

Evandro Antonio Corrêa<sup>1</sup>  
Luiz Henrique da Silva<sup>2</sup>  
Thiago Farias da Fonseca  
Pimenta<sup>3</sup>  
Alexandre Janotta Drigo<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Educação Física de Barra Bonita

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Santa Cruz - Ilhéus - BA

<sup>3</sup>UNIBRASIL - Universidade Positivo - UP

<sup>4</sup>UNESP

**Recebido:** 17/07/2015

**Aceito:** 30/09/2015

**Contato:** Evandro Antonio Corrêa - prof.evandrocorrea@gmail.com

## Introdução

No Brasil, ao longo dos dois últimos séculos, a Educação Física passou por transformações significativas em suas dimensões acadêmicas e profissionais. Em termos acadêmicos ocorreu um processo de legitimação enquanto área de conhecimento científico, atribuindo-lhe autonomia na produção intelectual que norteia sua prática profissional. Em termos profissionais consolidou-se o *status* de profissão regulamentada, atrelada a uma ampla discussão sobre as matrizes curriculares de formação no ensino superior, materializada nos cursos de Licenciatura e Bacharel em Educação Física<sup>1,2,3</sup>. Estas transformações ocorreram concomitantemente com as diferentes relações da área com os seus campos de intervenção (escola, esporte e saúde), gerando diferentes demandas e competências para os professores e profissionais de Educação Física ao longo da história<sup>4,5,6</sup>.

Segundo as atuais Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, cabe ao profissional de Educação Física intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da formação cultural, da educação, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas<sup>7</sup>.

Para atender ao que prevê o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES) mediante as Resoluções 7/2004<sup>7</sup>, CNE/CES 4/2009<sup>8</sup>, CNE/CP 01<sup>9</sup> e 02<sup>10</sup> e outras normas, pareceres e legislação atual, a Educação Física percorreu uma longa trajetória, caracterizando-se como área de formação acadêmica-profissional, relativamente recente. O termo “relativamente recente” refere-se a dois importantes acontecimentos da área. O primeiro foi a legitimação da Educação Física como área acadêmica, que ocorreu somente após a crise epistemológica pela qual passou a área nas décadas de 80 e 90<sup>1</sup>. O segundo e mais recente, foi a regulamentação da profissão no final da década de 90<sup>3</sup>. Em função destes significativos episódios que a presente pesquisa considera a Educação Física como uma

área de formação acadêmica-profissional recentemente consolidada.

No âmbito legal, a Educação Física tem o intuito de organizar a sua área de estudos, formação e intervenção profissional, seja no bacharelado ou licenciatura – principalmente, conforme estabelecido pela Resolução nº 3/87 do Conselho Federal de Educação<sup>11</sup>. Esta Resolução abriu as possibilidades ligadas ao mercado de trabalho da Educação Física e a demanda de profissionais para a prestação de serviços a sociedade, possibilitando “a aquisição integrada de conhecimentos e técnicas que permitam uma nos campos da Educação Escolar (pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus) e Não-Escolar (academias, clubes, centros comunitários/condomínios etc)”<sup>11</sup>.

Destaca-se a regulamentação da profissão, através da Lei 9.696/98<sup>3</sup>, e o reconhecimento do profissional de Educação Física como profissional da área da saúde, por meio da Resolução 218/97 do Conselho Nacional da Saúde<sup>12</sup>. Mais recentemente, o profissional de Educação Física foi inserido no Sistema Único de Saúde com a criação do Núcleo de Apoio da Saúde da Família<sup>13</sup>, sendo agora a saúde coletiva uma desafiadora possibilidade de intervenção.

Para Carmo Junior, Gobbi e Teixeira<sup>14</sup> as novas exigências do mercado impulsionaram uma mudança do paradigma de professor de Educação Física para Profissional de Educação Física. Esta mudança vem acompanhada de um novo embate de conceito, pois a Educação Física não realiza mais intervenção somente em alunos, mas também em clientes/pacientes. Conforme pontua Collet e colaboradores<sup>15</sup>, tal realidade tem influenciado a oferta e o currículo dos cursos superiores em Educação Física no Brasil.

Neste sentido, o presente artigo objetivou realizar levantamento histórico dos cursos de formação inicial em Educação Física (EF) no Brasil, séculos XX e XXI e, traçar o perfil de crescimento neste período.

## Materias e Métodos

A presente pesquisa teve uma abordagem quanti-qualitativa classificada como um estudo descritivo analítico o qual utilizou como técnica de coleta de dados a análise documental<sup>16, 17</sup>. Segundo Thomaz, Nelson e Silverman<sup>17</sup> o método qualitativo de pesquisa permite que o estudo possa progredir “em um processo indutivo de desenvolvimento de hipóteses e teoria à medida que os dados são revelados”.

Para André<sup>18</sup> é possível realizar uma pesquisa que utiliza basicamente dados quantitativos, mas o processo de análise estará influenciado pelo quadro de referência adotado e pelos valores do pesquisador, atribuindo a dimensão qualitativa. “Ao reconhecer essas marcas da subjetividade na pesquisa, eu me distancio da postura positivista, muito embora esteja tratando com dados quantitativos”<sup>18</sup>. Mediante estas características da abordagem qualitativa e o levantamento quantitativo realizado referente à constituição dos cursos superiores de Educação Física no Brasil, a abordagem multimétodo foi adotada, pois pretendemos obter uma visão mais holística do fenômeno investigado a partir de uma análise qualitativa de um conjunto de dados estatísticos descritivos.

A coleta de dados do presente estudo consistiu na realização de um levantamento dos cursos superiores de Educação Física no Brasil, presenciais e em atividade, no ano de 2013. Para isto, foram utilizadas as informações disponibilizadas no banco de dados do e-MEC, que consiste em um sistema eletrônico do Ministério da Educação (MEC) para acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil<sup>19</sup>. Neste ambiente eletrônico, através de um sistema de busca de acesso livre, estão disponíveis informações sobre as instituições e cursos de ensino superior cadastrados no MEC. Sendo assim, os pesquisadores realizaram a coleta de dados por meio da consulta do sistema de busca do e-MEC, e tabulados em 2014, obtendo as informações referentes aos cursos superiores de Educação Física no Brasil e suas respectivas instituições de ensino.

Como critério de inclusão, foram considerados apenas os cursos superiores de Educação Física classificados no sistema do e-MEC como “em atividade”

ou “em extinção”. Dessa maneira, foram desconsiderados os cursos superiores de Educação Física classificados como “extinto” ou “sub-júdice” no período correspondente a coleta de dados. A partir deste filtro, foram obtidas as seguintes informações dos cursos selecionados: 1- Região Administrativa (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul); 2 – Instituição (Privado ou Pública – Federal, Estadual ou Municipal); 3 – Modalidade (Bacharelado/Graduação ou Licenciatura); e 4 – Data de início do curso.

Após a coleta de dados do sistema do e-MEC foi realizado um processo de tratamento estatístico descritivo. Tal tratamento consistiu em confeccionar tabelas que fornecessem informações a respeito da distribuição dos cursos de Educação Física no Brasil, expressos em números absolutos e relativos (%). Para a confecção das tabelas foram consideradas informações referentes às cinco Regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), Instituição e Modalidade do Curso. Além disso, por meio de gráficos, buscou-se expressar o crescimento do número de cursos de Educação Física no Brasil a partir da década de 1920 em função do tempo e Regiões Administrativas. Para a confecção destes gráficos foram utilizadas as informações referentes a data de início do curso, disponível no sistema do e-MEC.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandszajder<sup>20</sup> “considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado com fonte de informação”. Sendo assim, além da análise do banco de dados do e-MEC, a análise documental consistiu em avaliar artigos acadêmicos, estatísticas, leis e resoluções, por exemplos, com o objetivo de descrever e analisar o fenômeno em questão, bem como comparar com dados da realidade quando se tratou de documentos históricos. Dessa maneira, objetivou-se realizar uma triangulação de informações de diferentes fontes documentais<sup>16</sup>. Neste processo de análise, a abordagem qualitativa é composta de diferentes técnicas interpretativas para descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo e carregado de significados<sup>21</sup>.

## **Resultados e Discussão**

*Os cursos de Educação Física no Brasil*

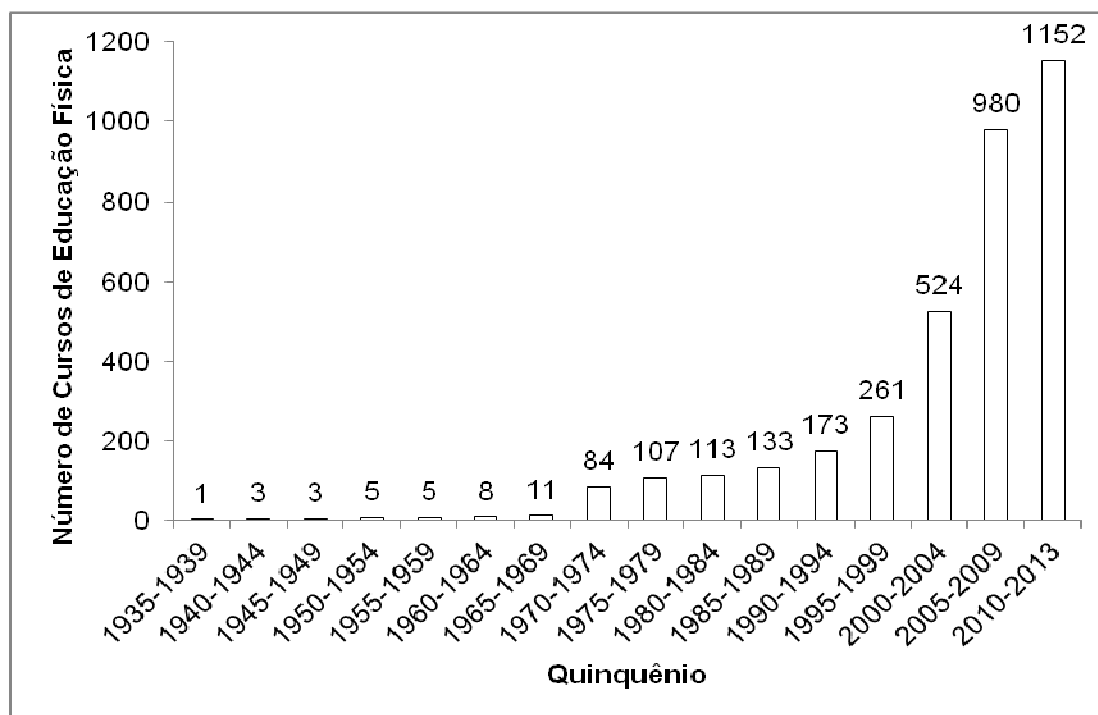
A construção da área de Educação Física perpassou por dois momentos marcantes: o primeiro refere-se a presença da Educação Física no âmbito escolar e, de acordo com Marinho<sup>22</sup>, houve a inserção da Educação Física no âmbito escolar em 1823 com a proposta de elaborar um tratado completo de Educação. O segundo momento se deu com o surgimento da formação de professores no ensino superior na área de Educação Física a partir da década de 1920, e a partir deste período que a pesquisa se deteve.

Nesse sentido, Hunger *et al.*<sup>23</sup> coloca que “as primeiras instituições destinadas à formação de professores de Educação Física apresentavam-se fortemente vinculadas aos princípios regidos pelas forças armadas”. Os autores destacam que em 1929, o Curso Provisório de Educação Física foi instalado no Centro Militar de Educação Física, constituindo-se na primeira iniciativa de integração entre o meio civil e militar. Além da proeminência dos cursos ofertados pela Escola de Educação Física do Exército, no Rio de Janeiro, e da

Força Pública, em São Paulo, como primeiras instituições a formar instrutores civis, no começo do século XX. Contudo, para Souza Neto *et al.*<sup>24</sup>, as primeiras tentativas de formação profissional sistematizada se deram antes de 1931, “identificada no trabalho desenvolvido pelos mestres de armas, instrutores, treinadores, assim denominados em função do seu escalão de origem”<sup>24</sup>.

Portanto, este período entre as décadas de 1920-1930 marca o término e o começo de um ciclo da Educação Física, ou seja, deixando sua condição de atividades e exercícios físicos imbricados do militarismo, o qual contribuiu e continua a contribuir com a área, para uma formação mais sistematizada, ganhando na formação em cursos ofertados por instituições de ensino superior. Sendo assim, é a partir desse momento histórico que parte a investigação dessa pesquisa.

Neste contexto histórico e para sua compreensão observa-se na Figura 1 o aumento absoluto do número de cursos de Educação Física, bacharelado e licenciatura no País, dividida em quinquênios, abordados na sequência.



**Figura 1.** Aumento absoluto do número de cursos de Educação Física

O primeiro curso de formação civil em Educação Física surge em 1934 em São Paulo, posteriormente incorporado à Universidade de São Paulo<sup>24, 25, 26</sup>. Em

1939, surge o curso de graduação em nível superior: a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) na Universidade do Brasil no Rio de Janeiro.

Os cursos surgidos em 1934 e 1939 coadunam com a criação do Estado Novo e a promulgação da Carta Magna. Há preocupação com a educação profissionalizante para as classes sociais mais baixas, fator estratégico para o governo evidenciado pela Reforma Francisco Campos em 1931. Há necessidade de habilitação para a entrada na Universidade, instituição que herda o pensamento filosófico positivista na formação intelectual: “quase todas as Universidades criadas posteriormente seguiram este mesmo modelo, tradicional e inspirado nas primeiras escolas superiores criadas por D. João VI, no fim do período colonial”<sup>27</sup>.

De 1939 a 1969 não há aumento significativo do número de cursos de Educação Física no País, o que não excluem análises. A década de 40 é marcada pelas pressões exercidas no Governo Vargas, especialmente no que compete ao retorno às liberdades democráticas. Vargas é deposto por golpe em 1945<sup>27</sup>.

Uma nova Constituição é elaborada em 1946, norteada por princípios democráticos. A gratuidade do ensino primário foi assegurada, mas nos níveis posteriores, apenas para os que provarem falta de recursos. Não é possível evidenciar nos dados da presente pesquisa, evidenciados na figura 1, aumentos significativos no número de cursos de graduação em Educação Física no período correspondente. Em 1946, encaminha-se o projeto de lei que posteriormente tornar-se-ia a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): a Lei n. 4024/1946<sup>28</sup>. Quanto à Educação Física, os cursos superiores de 1935 a 1969 não tiveram um aumento quantitativo expressivo. Considera-se que mesmo com o acordo MEC-USAID celebrado na década de 1960, que apresentou significativa influência nas reformulações educacionais do ensino superior no Brasil<sup>29</sup>, de 1 curso em 1935, passaram a 11 cursos em 1969 (vide Figura 1).

O novo modelo político exerce influência na abertura dos cursos superiores particulares, “quando se instala um novo período autoritário, durante o qual o modelo de Universidades é reformado e o sistema privado se desenvolve aceleradamente no sentido da constituição do *mass private sector*”<sup>30</sup>.

No final da década de 60 destaca-se a Lei 5.540/68<sup>31</sup> que unifica as propostas de reformulação universitária anteriores. A departamentalização, o sistema de créditos possibilitando flexibilidade no plano de estudos, a pós-graduação e a carreira docente, o acesso à Universidades e a expansão do ensino superior foram mudanças significativas que, possivelmente contribuíram para o aumento percentual de 663% no número de cursos superiores de Educação Física entre o final da década de 60 e meados da década de 70 (vide Figura 1).

Na década de 30, o Brasil possuía 44% das matrículas no ensino privado, dessas, 60% correspondiam às matrículas no ensino superior. Todavia, as mudanças propostas pela reforma Universitária no governo de Vargas não foram suficientes para uma democratização do ensino; em 1945 o “ensino superior contava com cerca de 42.000 alunos, 48,0% dos quais no setor privado; em 15 anos, o sistema criou apenas três Universidades, todas públicas”<sup>30</sup>.

De 1945 a 1960, os cursos superiores tiveram um acréscimo significativo, tendo pouca contribuição dos cursos de Educação Física, que não seguiram o mesmo padrão para o mesmo período, como pode ser observado na Figura 1. “Nestes 15 anos, o alunado passou de 41.000 para 95.000 estudantes. Tratava-se de um ajustamento à demanda crescente dos setores médios em expansão, que resultou do processo de desenvolvimento urbano-industrial”<sup>30</sup>.

A década de 70 foi marcada pelo “Milagre Brasileiro”. O avanço da economia com a expansão da classe média foi fator significativo na escolha pelo ensino superior, inclusive o particular. Os cursos superiores particulares de licenciatura em Educação Física crescem neste período, mais do que os cursos públicos<sup>30</sup>. Segundo os dados do presente estudo (Figura 2), até o final da década de 1960 existiam oito cursos de licenciatura em Educação Física, sete públicos e um privado. Até o final da década de 1970 este número aumentou para 85 cursos, alterando-se a proporcionalidade entre cursos públicos (43%) e privados (57%).

Durham<sup>30</sup> afirma que desde 1965 até o final da década de 70, o número de matrículas no ensino superior

passou de 95.691 (1960) para 1.345.000 (1980). Os anos de 1968, 1970 e 1971 apresentaram as maiores taxas de crescimento entre privado e público. A matrícula no setor público aumentou nesse período, de 182.700 a 492.000, ou seja, teve um incremento de cerca de 160,0%. Não houve privatização do ensino, mas uma expansão mais rápida no setor privado que cresceu, nesse mesmo período 521%, de 142.386 para 885.054 estudantes.

Outro fator que contribuiu para os aumentos dos cursos de graduação em Educação Física neste período foi a abertura de instituições com cursos superiores considerados de menores exigências pelas faculdades privadas, que já eram somente vinte em 1975: administração, economia e formação de professores<sup>30</sup>. Observa-se na Figura 1 o aumento no número dos cursos de licenciatura em Educação Física no período, partindo de 8 cursos existentes até o final da década de 60 para 85 cursos de licenciatura em Educação Física até o final de década de 70.

Este aumento na formação em Educação Física na década de 70 está diretamente ligada aos processos de reformulações e apropriações ideológicas e Taborda<sup>32</sup>, em sua análise historiográfica de 1968 a 1984, afirma que o debate sobre a Educação Física na época chega com atrasos ao Brasil. Para o autor o debate mundial chegava ao Brasil naquele momento, ou seja, “inaugurava, por assim dizer, um debate acadêmico sobre os benefícios da Educação Física. Certamente já houvera em outros tempos um debate semelhante, mas em torno de um projeto de purificação e higienização”<sup>32</sup>.

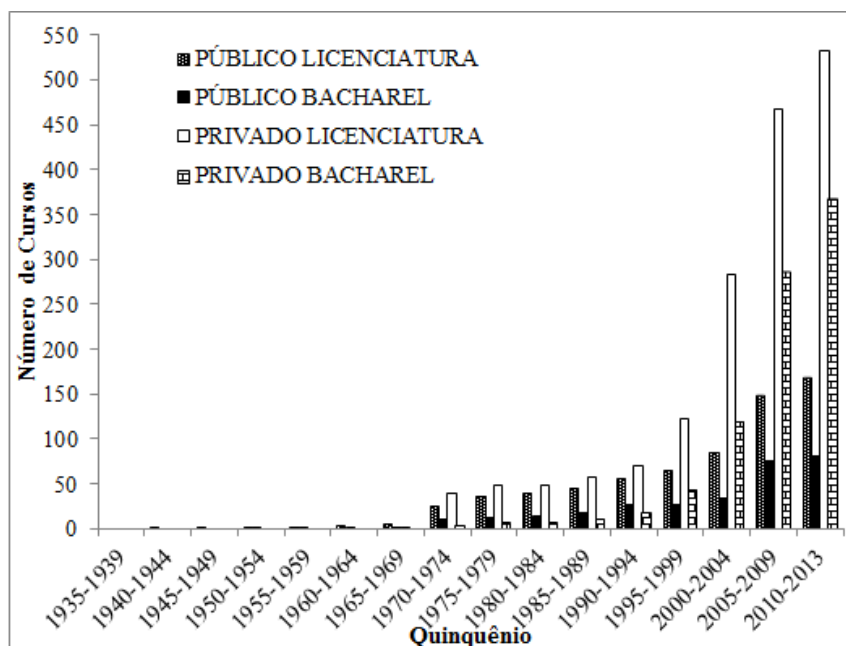
Para o autor, uma das temáticas que fomentaram este debate foi o esporte, o qual tornar-se-ia elemento de características miméticas de ferramenta para um discurso apologético e doutrinador. O esporte foi a “coroação de um mundo de competição, concorrência, liberdade, vitória, consagração. Sugerido de forma exclusiva pelos órgãos oficiais para a Educação Física escolar, ele carregava toda a simbologia de um mundo de lutadores e vencedores”<sup>32</sup>, e o melhor ambiente para essa disseminação seria o escolar.

Esta perspectiva pode ser evidenciada pelas reformas Universitárias da década de 70 e materializadas

na Lei nº 5692/71<sup>33</sup> que regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Especialmente em seu Art. 7º “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969”. E pelo decreto 69.450/71 que regulamentou o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e alínea “c” do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. De acordo com Taborda<sup>32</sup> “é um fato aceito pela historiografia o significativo desenvolvimento da Educação Física nesse período”, fato comprovado pelos dados na Figura 1.

Além disso, segundo Almeida, Gutierrez e Marques<sup>34</sup>, os programas de governo foram estruturados para atuar nas cidades como o Esportes para Todos, no qual um dos objetivos do investimento no esporte foi o desenvolvimento de atletas que representam o país nos Jogos Internacionais. Nesse sentido os autores colocam que o país do milagre econômico deve possuir uma estrutura para esportes de acordo com a taxa de crescimento na década de 70. Além do mais “ser capaz de fazê-lo, foi necessário investir nos esportes mais conhecidos, como futebol, basquete, vôlei e atletismo, além de criar condições para a renovação dos atletas. Era indispensável, portanto, que mais pessoas pudessem ter acesso ao esporte, a fim de encontrar novos talentos”<sup>34</sup>.

De certa forma, esse evento pode ter contribuído para o aumento de práticas esportivas, necessitando talvez de profissionais que pudessem dar conta de uma nova demanda de mercado. Consequentemente, com o aumento da demanda gerou necessidades de formação de mão de obra especializada na área, especialmente no tocante à Educação Física no contexto escolar. As Figuras 1 e 2 apresentam o crescimento do número de cursos de Educação Física entre o final da década de 60 e início da década de 70, período concomitante ao processo de estimulação da prática esportiva no ambiente escolar como meio de formação de atletas que representassem o país em eventos internacionais.



**Figura 2.** Aumento do número de cursos de Educação Física em função do tempo, para as diferentes instituições (Pública e Privada) e currículos (Bacharel e Licenciatura).

Quanto ao ensino superior público e privado, o caso brasileiro possui especificidades em comparação com outras nações latino-americanas, ou seja, diferentemente de outros países da América Latina, até a década de 80, o ensino superior possuía duas características: as públicas estatais, laicas, mantidas pelo Estado e as católicas parcialmente dependente de recursos públicos. Já no Brasil, na década de 60, prolifera-se o ensino superior de característica essencialmente privada. Durham<sup>30</sup> retrata o assunto:

No Brasil não foi assim. Em primeiro lugar, Universidades constituíram, até a década de 1980, uma parte pequena do ensino superior. Em segundo lugar por que, além de instituições confessionais e de escolas superiores criadas por elites locais e sem fins lucrativos, proliferou, já a partir da década de sessenta um outro tipo de estabelecimento: não confessional, não universitário e organizado como empresa que, explícita ou disfarçadamente, tinha como objeto principal a obtenção de lucro – tratava-se, portanto, de um negócio<sup>30</sup>.

Inaugura-se a década de 80 sem grandes mudanças na quantidade de cursos superiores de Educação Física no Brasil. As Figuras 1 e 2 evidenciam certa regularidade nos dois quinquênios da década. Contudo, profundas mudanças políticas e econômicas ocorreram no período. A repressão militar inicia seu processo de declínio, o que estimulou novas mudanças no âmbito político. A liberdade sentida vem com as reformulações no setor

político, materializado especialmente com a nova Constituição em 1988<sup>30</sup>. E para Educação Física a mudança mais significativa esteja na configuração de sua formação, tendo em vista o Parecer 215/87, a Resolução no Art. 1º pontua que a formação dos profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciado em Educação Física<sup>11</sup>.

Surpreende que, após o tempo de crescimento acelerado, o sistema repentinamente pare de crescer. Por sua vez, a “estagnação atinge tanto o setor público quanto o privado e este mais do que aquele. A porcentagem de matrículas no ensino privado decresce neste período”<sup>30</sup>. Oliveira<sup>35</sup> destaca que a atuação do profissional de Educação Física passa por cinco grandes áreas: escola; saúde; lazer; esporte e empresa. Para o autor “a profissão e o profissional de Educação Física estão em plena fase de transformação de atuação e formação”<sup>35</sup>.

Outra característica do período concentra-se no processo de qualificação docente. De um lado há as Faculdades e Faculdades Integradas privadas, de outro lado as Universidades Públicas que passam a exigir cada vez mais do docente em termos de qualificação, bem como suas organizações que passam a aumentar seu poder. Além disso, a Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contribuem para a capacitação como, por exemplo, o oferecimento de bolsas para os diferentes níveis, graduação, pós-graduação, pesquisador, incentivo a pesquisas etc.

De acordo com Silva *et al.*<sup>36</sup>, no Brasil, para o ano de 1991, encontravam-se registrados 117 cursos de graduação em Educação Física. Em 2009, segundo números do portal do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), encontravam-se cadastrados 1031. Ou seja, em um período de dezesseis anos, a oferta de Cursos Superiores de Educação Física cresceu 881%.

A partir de 1994 observa-se um crescimento relativo e absoluto nos números dos cursos superiores de Educação Física. Tendência esta que se manterá ao longo dos anos com expressivos aumentos posteriores. Assim como apresentado nos estudos de Silva *et al.*<sup>36</sup>, percebeu-se nos resultados do presente estudo que a maior

quantidade de cursos de Educação Física abertos no período corresponde à iniciativa privada.

A Tabela 1 evidencia que de 1990 a 1994 há um aumento absoluto de 19 cursos públicos e 21 privados, de 1995 a 1999 um aumento absoluto de 10 cursos públicos e 78 cursos privados e de 2000 a 2004, 27 cursos públicos e 236 cursos privados entre licenciatura e bacharelado.

O período coincide com dois mandatos do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC). Diversas mudanças se processaram no campo educacional: incentivo ao acesso à formação básica, reforma curricular tanto do nível fundamental como do médio, modernização de todo o sistema de estatísticas educacionais, aperfeiçoamento do sistema de avaliação do desempenho escolar e ampliação dos programas de capacitação docente<sup>36</sup>. No tocante à Educação Física, os cursos privados tiveram um aumento expressivo devido ao maior interesse das instituições privadas nesta formação, pois vislumbraram a expansão de um mercado de bens e serviços vinculados às práticas corporais<sup>36</sup>.

**Tabela 1.** Tabela com o número de cursos e os seus respectivos aumentos em função dos quinquênios.

	PÚBLICO						PRIVADO					
	LICENCIATURA			BACHAREL			LICENCIATURA			BACHAREL		
	n. cursos	↑ AB	↑ %	n. cursos	↑ AB	↑ %	n. cursos	↑ AB	↑ %	n. cursos	↑ AB	↑ %
1935-1939	1	---	---	0	---	---	0	---	---	0	---	---
1940-1944	3	2	200	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1945-1949	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1950-1954	4	1	33	1	1	0	0	0	0	0	0	0
1955-1959	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
1960-1964	6	2	50	2	1	100	0	0	0	0	0	0
1965-1969	7	1	17	2	0	0	1	1	0	1	1	0
1970-1974	27	20	286	11	9	450	40	39	3900	6	5	500
1975-1979	37	10	37	13	2	18	48	8	20	9	3	50
1980-1984	41	4	11	14	1	8	49	1	2	9	0	0
1985-1989	47	6	15	17	3	21	57	8	16	12	3	33
1990-1994	57	10	21	26	9	53	70	13	23	20	8	67
1995-1999	66	9	16	27	1	4	123	53	76	45	25	125
2000-2004	87	21	32	33	6	22	283	160	130	121	76	169
2005-2009	150	63	72	75	42	127	468	185	65	287	166	137
2010-2013	170	20	13	81	6	8	533	65	14	368	81	28

n. cursos = número de cursos existentes no quinquênio; ↑ AB = aumento absoluto do número de cursos em relação ao quinquênio anterior; ↑ % = aumento relativo do número de cursos em relação ao quinquênio anterior.

A predominância de cursos privados ainda configura a oferta dos cursos superiores de Educação Física no país, como pode ser observado nos dados apresentados na Tabela 2, que traz a distribuição dos

cursos de Educação Física no Brasil em função das regiões administrativas, em números absolutos e relativos, no ano de 2013. Os dados demonstram grande concentração de cursos superiores de Educação Física na



Região Sudeste, representando 50% do total no Brasil, com significativa predominância de cursos privados (547 cursos privados - 62 cursos públicos). Em ordem decrescente, a região Sul é a segunda região com maior

oferta de cursos (232 cursos - 19%), seguida respectivamente pelas regiões Nordeste (180 cursos - 15%), Centro-Oeste (110 cursos - 9%) e, por último, a região Norte (85 cursos - 7%).

**Tabela 2.** Distribuição dos cursos de Educação Física no Brasil em função das regiões administrativas, em números absolutos e relativos (%).

		<b>Licenciatura</b>	<b>Bacharelado</b>	<b>Total</b>
<b>Norte</b>	Pública	36(67%)	18(33%)	54
	Privada	23(74%)	8(26%)	31
	<b>Total</b>	<b>59(69%)</b>	<b>26(31%)</b>	<b>85(7%)#</b>
<b>Nordeste</b>	Pública	69(85%)	12(15%)	81
	Privada	53(54%)	46(46%)	99
	<b>Total</b>	<b>122(68%)</b>	<b>58(32%)</b>	<b>180(15%)#</b>
<b>Centro-Oeste</b>	Pública	29(74%)	6(26%)	35
	Privada	45(60%)	30(40%)	75
	<b>Total</b>	<b>74(67%)</b>	<b>36(33%)</b>	<b>110(9%)#</b>
<b>Sudeste</b>	Pública	34(55%)	28(45%)	62
	Privada	284(52%)	263(48%)	547
	<b>Total</b>	<b>318(52%)</b>	<b>291(48%)</b>	<b>609(50%)#</b>
<b>Sul</b>	Pública	22(51%)	20(49%)	42
	Privada	92(48%)	98(52%)	190
	<b>Total</b>	<b>114(49%)</b>	<b>118(50%)</b>	<b>232(19%)#</b>
<b>Total</b>		<b>687(56%)</b>	<b>529(44%)</b>	<b>1216</b>

# Porcentagem do número de cursos que a região administrativa possui em relação ao total (em atividade ou "em extinção" e "extinto" ou "sub-júdice") de cursos existentes no Brasil.

Também pode ser observado nos dados que os cursos privados cresceram e são mais presentes nas regiões administrativas de maior poder econômico, ou seja, regiões Sudeste e Sul. Como já mencionado nesta pesquisa, a expansão do mercado de bens e serviços relacionados à prática de atividades físicas abriu oportunidade de um negócio altamente lucrativo para as instituições privadas de ensino superior na oferta de cursos Educação Física, de forma a atender às demandas do mercado da área<sup>36</sup>. Esta configuração da oferta de cursos privados entre as regiões administrativas Brasileiras é abordada no trabalho de Durhan<sup>30</sup>, que corrobora com a presente argumentação ao afirmar que esta oferta de cursos particulares ocorre:

[...] em função da estreita aderência da expansão do setor privado ao mercado e, portanto, sua concentração nas regiões de maior desenvolvimento econômico. Nas regiões mais pobres, como Norte e Nordeste, o investimento privado foi pequeno e o atendimento da demanda continuou dependente do ensino público e, especialmente, das Universidades Federais. De fato, o ensino público responde mais de perto a interesses sociais e se distribui de forma mais equitativa no conjunto do país<sup>30</sup>.

Conforme observado na Tabela 1, o período de 2000 a 2004 apresenta um aumento significativo de cursos de Educação Física, total de 263 novos cursos,

sendo 236 privados e 27 públicos. A diferença de crescimento entre públicos e privados nas diferentes regiões do Brasil foi discutida nos parágrafos anteriores. Contudo, além da expansão mercado de bens e serviços relacionados à prática de atividades físicas, outros fatores de ordem legislativa também contribuíram para este aumento significativo de cursos superiores no início do século XXI.

O primeiro deles, em termos gerais e não exclusivos ao campo da Educação Física, foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB) em 1996. Destaca-se a proposição mais específica da inter-relação entre ensino e pesquisa influenciando no processo de formação de novas Universidades. Acrescenta-se a necessidade do credenciamento periódico das instituições de ensino superior, o que também contribuiu para uma nova configuração do sistema superior de ensino público, mas principalmente privado.

Em específico ao campo da Educação Física, há dois importantes eventos que merecem destaque que possuem relação com o crescimento da oferta das graduações em Educação Física. Em função do crescente fortalecimento da relação entre a prática das atividades

físicas e a promoção da saúde nas políticas públicas de saúde, em 1997, a Educação Física é reconhecida como curso superior da área da saúde<sup>12</sup>. No ano seguinte, ocorre a profissionalização da profissão por meio de Lei 9.698/98, criando o Conselho Federal de Educação Física e os respectivos conselhos regionais, responsáveis por garantir que a sociedade seja atendida por profissionais de Educação Física nos serviços relacionados a prática das atividades físicas<sup>3</sup>. O reconhecimento da Educação Física como profissão da saúde fortalece sua relação com este campo de intervenção, ampliando as possibilidades de atuação no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, a profissionalização da Educação Física determina que apenas os profissionais registrados nos conselhos profissionais podem atuar na prestação de serviços relacionados à prática das atividades físicas, impulsionando a procura e oferta de cursos superiores em Educação Física.

O aumento quantitativo no setor privado de ensino superior é considerável no período FHC. As mudanças acima evidenciam alterações positivas no sistema de ensino superior, mas há controvérsias. A necessidade de capacitação profissional torna-se condição premente nos discursos da época, especialmente no que compete ao ensino científico e a formação tecnológica:

Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pelas Universidades, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da população. Para se conseguir isso, a proposta afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre setor privado e governo, entre Universidades e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico<sup>37</sup>.

O aumento da demanda pelos cursos superiores salta consideravelmente, por meio das reformas educacionais e ao estímulo à sua massificação. Importante papel neste contexto teve o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Inicialmente criado como forma de avaliação intelectual dos estudantes que o finalizam, o exame torna-se uma possibilidade de entrada no ensino superior. Instituições Privadas passam a adotar o ENEM como critério de acesso aumentando a demanda pelos cursos superiores materializado nos números do período.

Com os cursos de Educação Física não foi diferente. Segundo os dados da presente pesquisa dispostos na Figura 1, em 1994 havia 173 cursos superiores, até 2004 abrem-se 524 cursos, em sua grande maioria cursos particulares.

Foi muito rápido o crescimento das Universidades privadas: no primeiro ano do oitênio, elas eram 63. As Universidades públicas ficaram estacionadas no mesmo período. Mas o dinamismo do setor privado expressou-se, igualmente, na categoria centros universitários, que não existiam em 1995 e já eram 66 em 2001, dos quais apenas dois públicos<sup>37</sup>.

Parte deste número das Universidades Privadas que, para atender à demanda da população que não era contemplada pelo sistema público de ensino superior, criam avaliações menos criteriosas. Fato este que corrobora com o crescimento massivo do número de instituições particulares:

O grande crescimento das Universidades privadas desde 1985, especialmente desde 1995, fez com que se invertessem os termos da inequação tradicional do ensino brasileiro. Com efeito, os estudantes matriculados em Universidades sempre foram minoria diante dos seus colegas das faculdades isoladas. Mas a situação foi recentemente revertida, pois, em 2002, cerca de 2/3 do alunado já frequentavam cursos em Universidades, contingente esse majoritariamente situado no setor privado (58%)<sup>37</sup>.

Há um processo de privatização do ensino superior devido ao imperativo de massificação do mesmo, em acordo com as proposições impostas, tanto nos processos de avaliação e entrada nas graduações.

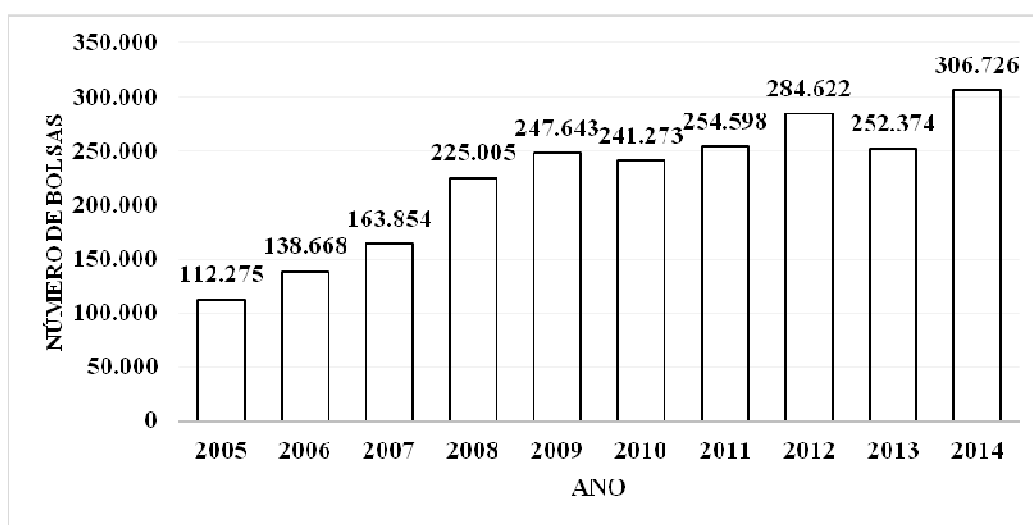
Chega-se ao período de 2000 a 2009. De acordo com os resultados, estes quinquênios expressam o maior aumento no número de cursos superiores de Educação Física no País. O ano de 1999 encerra-se com 261 cursos superiores de Educação Física e 2009 com um aumento de 456 cursos em relação ao final de 2004. O maior aumento já evidenciado até o momento, que, em hipótese, pode ser atribuído às políticas de expansão universitária do Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Observa-se também neste período a instituição das novas diretrizes para a licenciatura e bacharel em Educação Física – além dos reflexos da Resolução 03/87 – a Resolução 01/2002 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena; Resolução 01/2002 que

estabelece a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível; e a Resolução 07/2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena superior, em curso de licenciatura.

Entre o início do ano de 2005 ao final de 2009, houve aumento absoluto corresponde a 105 cursos públicos, mas, ao mesmo tempo, o aumento absoluto de cursos privados foi de 351. Realmente, no período correspondente ao governo Lula, o número de cursos públicos de Educação Física aumenta em proporção maior do que o governo anterior.

Em detrimento ao incentivo à iniciativa privada no ensino superior do Governo FHC, o governo Lula inaugura – e o governo atual manteve e ampliou – o processo de estímulo ao incentivo público mediante políticas públicas para o Ensino Superior, entre elas o Universidades para Todos (ProUni), a Universidades Aberta do Brasil (UAB), o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A Figura 3 apresenta o número de bolsas dispostas pelo ProUni de 2005 a 2014, com um aumento de aproximadamente 300% na oferta de bolsas.



**Figura 3.** Bolsas do ProUni ofertadas em função dos anos<sup>38</sup>.

Observa-se um padrão que é evidenciado por um aumento significativo no número de bolsas ofertadas pelo programa em função dos anos. Acrescenta-se que o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) foi redimensionado ao auxílio do ProUni. Mas como o ProUni contribui para o aumento no número de cursos privados em Educação Física? Em 2005 o Programa foi transformado em lei – Lei nº 11.096/05<sup>39</sup> e estende a todas as instituições privadas (com ou sem fins lucrativos), as quais, se aderirem ao programa, terão isenções de: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. Observa-se que as Políticas Públicas Brasileiras de desenvolvimento do ensino superior mencionadas não são capazes de equilibrar a oferta de graduações públicas e

privadas. Ao contrário, pode-se constatar que as Políticas Públicas, principalmente aquelas relacionadas a concessão de bolsas, como o ProUni, acabam por estimular mais o crescimento do setor privado de educação de nível superior do que o setor público.

Ainda, de acordo com Pereira e Silva<sup>40</sup>, cresce o número de Universidades Federais, que, no Governo Lula correspondem à 14 novas Instituições ao longo de todo seu mandato. É evidente a preocupação com a interiorização do ensino Público. Alcançar regiões com baixo acesso às Universidades foi fator essencial nesta política de Governo. A seguir estão disponíveis dados referentes a quantidade de cursos de Educação Física, divididos nas cinco Regiões do Brasil, entre licenciatura e bacharelado em Instituição de Ensino Superior (IES) públicas (Tabela 3) e privadas (Tabela 4).

**Tabela 3.** Aumento progressivo dos cursos de Educação Física de IES Públicas no Brasil nos anos em função da instituição e currículo.

	Norte		Centro Oeste		Sudeste		Sul		Nordeste		Total
	L	B	L	B	L	B	L	B	L	B	
1935-1939	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
1940-1944	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2
1945-1949	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1950-1954	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
1955-1959	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1960-1964	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	3
1965-1969	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
1970-1974	1	-	2	-	4	3	9	5	4	1	29
1975-1979	-	-	1	-	2	1	2	1	5	-	12
1980-1984	1	-	-	-	1	-	2	1	-	-	5
1985-1989	-	-	1	-	2	3	-	-	3	-	9
1990-1994	2	1	2	-	5	8	-	-	1	-	19
1995-1999	2	-	1	-	2	1	2	-	2	-	10
2000-2004	3	-	3	1	3	-	2	5	10	-	27
2005-2009	24	17	15	3	9	7	5	8	10	7	105
2010-2013	1	-	3	-	3	3	2	-	11	3	26

L = Licenciatura; B = Bacharelado.

Há um crescimento nos últimos 15 anos no número de cursos de Educação Física em IES Públicas (Tabela 3) abertos nas regiões mais carentes do território nacional no governo Lula. O comparativo que segue se deve ao aumento expressivo no período, e os dados apresentam 03 (três) cursos de licenciatura e nenhum bacharelado no quinquênio 2000-2004 com um salto para 24 (vinte e quatro) cursos de licenciatura e 17 (dezessete) de 2005-2009 na Região Norte; já na Região Centro Oeste verificou-se 03 (três) cursos de licenciatura e 01 (um) bacharelado no quinquênio 2000-2004 com aumento para 15 e 3, respectivamente, no quinquênio 2005-2009; no caso da Região Nordeste houve uma diferença no bacharelado, sem nenhum em 2000-2004 para 7 (sete) em 2005-2009. Por fim, nesse período com a instituição das Resoluções 01 e 02/2002 e 07/2004, o destaque caracteriza-se pelo aumento da oferta de cursos, saindo de 27 (vinte e sete) em 2000-2004 para 105 (cento e trinta e um) em 2005-2009 e, ainda, o número de cursos de Educação Física ofertados no Brasil cresceu mais entre 2004-2013 com 131 cursos em relação a 70 anos (1935-2004) com 120 cursos.

No caso do bacharelado verificou-se que até 1964 não havia oferta desse curso em Educação Física nas IES públicas e privadas do Brasil. Contudo, observou-se que a maioria dos cursos de bacharelado em Educação Física abertos no período de 2000 a 2013 foram privados (Tabela 4), fato este que se deve a abertura proporcionada pela legislação, a partir da Resolução 03/87 e da Resolução 07/2004. Pois o processo de massificação do ensino superior, especialmente mediante o programa de financiamento de mensalidades e de bolsas, proporciona possibilidades de acesso aos estudantes, aumenta-se a demanda e elevam-se o número de cursos. Até o quinquênio 1995-1999 havia um total de ofertas de cursos de 168 (somatória de 1935 a 1999) e a partir de 2000 foram ofertados 733 cursos de Educação Física – licenciatura e bacharelado.

Outro fator de aumento no número de instituições privadas que oferecem os cursos de Educação Física foi a parceria público-privada, regulamentadas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”<sup>41</sup>. O que incentivou a iniciativa privada na abertura de novas

instituições de ensino superior (IES), consequentemente, os cursos de Educação Física.

Em termos absolutos, o maior aumento do número de cursos foi entre os quinquênios de 2000-2004 e 2005-2009, atingindo um aumento de 456 cursos. Ou seja, uma parte considerável dos cursos de Educação Física foram abertos no Governo Lula. Tanto em termos absolutos quanto relativos, o segundo maior aumento do número de

cursos de Educação Física no país ocorreu entre os quinquênios de 1995-1999 e 2000-2004. De 2010 a 2013, em termos absolutos, há a criação de 172 (total Tabela 3 e 4) cursos de graduação em Educação Física, correspondendo ao Governo Dilma Rousseff. Destes 172 cursos há um aumento absoluto de 26 cursos públicos e 146 cursos privados.

**Tabela 4.** Aumento progressivo dos cursos de Educação Física de IES Privadas no Brasil nos anos em função da instituição e currículo.

	Norte		Centro Oeste		Sudeste		Sul		Nordeste		Total
	L	B	L	B	L	B	L	B	L	B	
1965-1969	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
1970-1974	-	-	-	-	26	4	10	1	3	-	44
1975-1979	-	-	1	-	3	1	4	2	-	-	11
1980-1984	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
1985-1989	-	-	-	-	5	3	2	-	1	-	11
1990-1994	-	-	2	1	8	5	3	2	-	-	21
1995-1999	1	1	3	2	34	18	13	4	2	-	78
2000-2004	10	2	13	4	89	44	37	16	11	10	236
2005-2009	9	2	18	17	106	86	30	43	22	18	351
2010-2013	5	4	8	5	30	51	9	12	13	9	146

L = Licenciatura; B = Bacharelado.

Ainda aqui, no último período de análise (2010-2013), pode-se atribuir o maior aumento de cursos privados com os mesmos argumentos já mencionados e relacionados aos quinquênios de 2000-2004 e 2005-2009, ou seja, a expansão do mercado de bens e serviços relacionados à prática de atividades físicas<sup>36</sup>, a regulamentação da profissão<sup>3</sup> e a nova legislação de formação superior dos cursos de Educação Física<sup>7,9,10</sup> configuraram em grande oportunidade mercadológica para o setor privado de ensino superior, de forma a atender às necessidades de formação de recursos humanos da área. Além disso, conforme já apresentado, as Políticas Públicas destinadas ao ensino superior, principalmente aquelas relacionadas a concessão de bolsas, como o ProUni, por exemplo, acabam por estimular mais o crescimento do setor privado de educação de nível superior do que o setor público. Contudo, pode-se verificar que o último período de análise (2010-2013) apresenta um decréscimo no aumento no número de cursos em comparação aos dois quinquênios subsequentes

(2000-2004 e 2005-2009), indicando, talvez, o término do “boom” na oferta de graduações em Educação Física pelo setor privado, tendendo a diminuir a taxa de crescimento do número de cursos nos anos subsequentes.

### Conclusões

Antes de serem apresentadas as principais considerações do estudo, vale ressaltar que os dados apresentados, tanto da distribuição dos cursos em 2013 quanto do seu processo evolutivo no decorrer dos anos, configuram uma estimativa bem próxima da realidade, mas não exata. Tal fato se dá pelas próprias limitações do banco de dados do e-MEC, no que diz respeito à capacidade de atualização das informações do sistema. Além disso, o critério de inclusão dos cursos a serem analisados na pesquisa desconsiderou os cursos classificados como “extinto” ou “sub-júdice” no período correspondente a coleta de dados. Contudo, estas limitações não alteram o quadro apresentado, tanto em

relação à evolução histórica do número de graduações quanto a configuração atual do número de cursos.

Verificou-se que a partir da criação do primeiro curso superior de formação em Educação Física na década de 30 e 1945 a 1960, os cursos superiores têm acréscimo significativo, e os cursos de Educação Física no Brasil não sofreram aumentos consideráveis até 1969. Em 1964 há o golpe político militar. Em 1969 eclodem os cursos Superiores de Educação Física. A característica disciplinadora que a graduação em Educação Física possuía no período, contribui para sua concepção como nova frente de manutenção da hegemonia política militar.

A departamentalização, o sistema de créditos possibilitando flexibilidade no plano de estudos, a pós-graduação e a carreira docente, o acesso às Universidades e a expansão do ensino superior foram mudanças significativas que contribuíram para o aumento percentual de 663% no número de cursos de formação inicial em Educação Física.

Todavia, a partir da década de 1990 observa-se um crescimento relativo e absoluto nos números dos cursos superiores de Educação Física no Brasil, reflexo e contribuição da legislação, especificamente, do Parecer 215/87 e Resolução 03/87. Posteriormente, encontramos a LDB, 9394/96 a qual preconiza estabelecer um padrão de qualidade do ensino médio em rápido crescimento, o que influenciou a qualidade da demanda de ensino superior e reduzir os custos de seleção dos candidatos aos cursos superiores, especialmente das IES privadas. Dois anos mais tarde há o reconhecimento da Educação Física enquanto profissão, com a Lei 9.696/98, talvez, incentivando as IES privadas a abertura dos cursos de bacharelado, com interesse nesta formação, pois vislumbravam atender um mercado de bens e serviços vinculados às práticas corporais. Estes fatores contribuíram, posteriormente, para a elaboração e instituição das Resoluções 01 e 02/2002 e a 07/2004.

Chega-se ao período de 2000 a 2009 com o maior aumento no número de cursos superiores de Educação Física no País. Explicado pelas políticas de expansão universitária do Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), inaugurando um processo de estímulo ao

incentivo público mediante políticas públicas para o Ensino Superior.

No concernente aos determinantes políticos, há um equilíbrio, entre as Regiões Sul e Sudeste, no que se refere a oferta de cursos de bacharelado e licenciatura, com aproximadamente 50% para ambos os cursos. Por sua vez, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste há uma predominância da licenciatura com 68% em relação ao bacharelado com 32%.

Por fim, nos últimos 10 anos houve um aumento massivo ao acesso ao ensino superior no País e deve-se atentar para o encaminhamento de novas possibilidades estratégicas para a expansão e melhoria qualitativa para o ensino superior por meio de propostas e/ou de um modelo alternativo de Universidades e o processo de intercâmbio e internacionalização da educação superior no Brasil.

## Referências

1. Verenguer RCG. Dimensões profissionais e acadêmicas da Educação Física no Brasil: uma síntese das discussões. *Rev. Paul. Educ. Fís.*, São Paulo, 11(2):164-75, jul./dez. 1997.
2. Lima JRP. Caracterização acadêmica e profissional da Educação Física. *Rev. Paul. Educ. Fis.* São Paulo. 8(2). p. 54-67, jul-dez, 1994.
3. Brasil. Congresso Federal. Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 (02 de setembro de 1998). Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselhos Federal e regional de Educação Física. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 1998.
4. Betti M. Educação Física e Sociedade. São Paulo: Editora Movimento, 1991.
5. Barros JMC. Educação Física e Esportes: Profissões? *Revista Kinesis*, 11, jan.-jun., 1993.
6. Menezes WCD, Silva LH, Drigo AJ. A inserção do profissional de Educação Física no processo de reabilitação musculoesquelética: a visão dos responsáveis por estabelecimentos privados de Itabuna-BA. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, Pelotas, v. 14, p. 300-303, 2011.
7. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Diário Oficial União. 05 abr 2004; Seção1:18. 2004.
8. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 4, de 06 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União. 7 de abr; Seção 1: 27. 2009.
9. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União. 4 de mar; Seção 1: 8, 2002.
10. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União. 4 de mar; Seção 1: 9, 2002.
11. Brasil. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 3, de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Diário Oficial da União. 10 de set 1987.
12. Brasil. Conselho Nacional da Saúde. Resolução CNS nº218, de 06 de março de 1997. Regulamenta as profissões de saúde. Diário Oficial da União. 05 de mai 1997.
13. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Ministerial de Saúde nº154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Diário Oficial da União. Brasília, 2008.
14. Carmo Junior W, Gobbi S, Teixeira CVL. Personal trainer: a profissão, o Profissional e a estrutura de um novo Mercado. *Pensar a Prática*: 16(1), p.248-266, 2013.
15. Collet C *et al.* Formação Inicial em Educação Física no Brasil: trajetória dos cursos presenciais de 2000 a 2006. *Motriz*: 15(3), p.493-502, 2009.
16. Minayo MCS, Assis SG, Souza ER. Avaliação por triangulação de métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.
17. Thomaz JR, Nelson JK, Silverman S. Métodos em pesquisa em atividade física. 5ed. Porto Alegre: Artmed; 2007.
18. André MEDA. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papius, 1995.
19. Brasil. Ministério da Educação. E-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acessado em: 31 de março de 2013.
20. Alves-Mazzotti AJ, Gewandsznajder F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
21. Neves SJ. Pesquisa qualitativa, características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisa em Administração*: 1(3), p.1-5, 1996.
22. Marinho IP. Educação Física, Recreação e Jogos. Rio de Janeiro, 1957.

23. Hunger D, Nascimento JV, Barros MVG, Hallal PC. A trajetória dos cursos de Graduação na Saúde: Educação Física. In: Haddad AE *et al.* (Org.). A trajetória dos cursos de Graduação na Saúde 1991-2004. Brasília: INEP, 2006, p. 87-139.
24. Souza Neto S, Alegre AD, Hunger D, Pereira JM. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*: 25(2), p.113-128 2004.
25. Virtuoso Junior JS *et al.* Educação Física e esporte no Brasil: perspectivas de formação e intervenção profissional. *Revista da Educação Física/UEM*, v. 14, n. 1, 2003.
26. Melo, V. A. Escola nacional de Educação Física e esportes: uma possível história. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
27. Sautchuk CE. Jogando com símbolos: notas para uma antropologia da regulamentação da profissão da Educação Física. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*: 23(2), p.179-193, 2002.
28. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº. 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. 27 de dez 1961.
29. Pina F. Acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968). In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. *Anais... XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão ANPUH/SP-USP*. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.
30. Durham E. O ensino superior no Brasil: público e privado. Documento de trabalho. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. São Paulo: USP, 2003.
31. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº. 5540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 03 de dez 1968.
32. Tordada M. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*: 25(2), p. 9-20 2004.
33. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº. 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 12 de ago 1971.
34. Almeida MAB, Gutierrez GL, Marques RFR. Lazer no Brasil: as transformações durante o período militar (1964-1984). *Rev. Bras. de Ed. Fís. e Esporte*. vol.27 no.1 São Paulo Jan. / março 2013.
35. Oliveira AAB. Mercado de trabalho em Educação Física e a formação profissional: breves reflexões. *Rev. Bras. Ciên. e Mov. Brasília* v.8 n. 4 p. setembro 2000.
36. Silva A, Nicolino A, Inácio H, Figueiredo M. A Formação Profissional em Educação Física e o Processo Político Social. *Pensar a Prática*: 12(2), p.1-16, 2009.
37. Cunha LA. O Ensino Superior no Octênio FHC. *Educ. Soc.*: 24(82), p.37-61, 2003.
38. Prouni. Representações Gráficas. Bolsas ofertadas por ano. Disponível em: <[http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes\\_graficas/bolsas\\_ofertadas\\_ano.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf)>. Acessado em: 20 de outubro de 2014.
39. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº11096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 14 de jan 2005.
40. Pereira T, Silva LF. Políticas públicas do ensino superior no governo Lula: Expansão ou democratização? *Revista Debates*: 4(2), p. 10-31, 2010.
41. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº. 11079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. *Diário Oficial da União* 31 de dez 2004.